

Política

PROPOSTA DE EDUARDO CUNHA

Parlamentarismo divide bancada

AGÊNCIA CÂMARA

Cinco deputados do Estado dizem ser a favor da mudança de sistema, enquanto três são contra e outros dois não se posicionam

Pedro Callegario
Vitor Carletti

A bancada federal capixaba ficou dividida sobre a adoção do sistema de governo parlamentarista no País, defendida ontem pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Cinco representantes do Estado se colocaram favoráveis, e três, contrários.

O peemedebista defendeu, em visita à Assembleia Legislativa do Amazonas, que o Brasil debata a possibilidade de mudar o sistema atual, presidencialista, pelo regime parlamentarista — no qual o chefe de governo, chamado de primeiro-ministro em alguns países, é eleito pelo parlamento, e não pelo voto direto do eleitor.

Nesse modelo, o chefe de Estado pode ser “demitido” do cargo antes do término do mandato, caso perca a confiança dos parlamentares ou em meio a uma grave crise, como acontece no momento com a presidente Dilma Rousseff (PT).

Segundo Cunha, a proposta teria validade apenas a partir de 2019, se fosse aprovada. “Agora seria golpe

branco”, declarou.

Os deputados federais do Estado defenderam que seja realizado um plebiscito, assim como já foi realizado em 1993, quando a opção por esse sistema foi derrotada.

Entre os contrários estão o deputado Jorge Silva (Pros), Carlos Mannato (SD) e Marcus Vicente (PP). “Para mudar o sistema de governo, é preciso ouvir a população. Seria um grave erro se a Câmara escolher pelo parlamentarismo sozinho”, ressaltou Jorge Silva.

“Fortaleceria os partidos e enfraqueceria as pessoas. O Brasil não está preparado para adotar o parlamentarismo”, avaliou Mannato.

Já entre os favoráveis à discussão do modelo estão Sérgio Vidigal (PDT), Max Filho (PSDB), Lelo Coimbra (PMDB), Paulo Foletto (PSB) e Evair de Melo (PV).

“O Parlamento está em uma fase madura para discutir a viabilidade do parlamentarismo”, disse Evair.

Por outro lado, Foletto contestou a forma com que o tema foi colocado por Cunha.

“A princípio sou favorável. Mas é oportunismo. Estamos terminando de votar a Reforma Política, onde pontos importantes não avançaram, e ele (Cunha) aparece agora com essa carta na manga”, ponderou o socialista.

O deputado Givaldo Vieira (PT) disse que prefere ler a proposta antes de se posicionar.

Já Helder Salomão (PT) não retornou ao contato da reportagem para comentar o assunto.



EDUARDO CUNHA defende discussão sobre mudança para eleitos a partir de 2018: “Agora, seria um golpe branco”

OPINIÕES



PAULO FOLETTTO (PSB), deputado federal

“A princípio sou a favor. Mas é uma proposta oportunista. O que podia ser mudado na reforma política não foi”



SÉRGIO VIDIGAL (PDT), deputado federal

“Não pode ser uma decisão só da Câmara. Tem que consultar a população. O PDT sempre defendeu o parlamentarismo”



MAX FILHO (PSDB), deputado federal

“Sou favorável. Em meio a toda crise que estamos atravessando poderia provocar um salto de qualidade”



DR. JORGE SILVA (PROS), deputado federal

“Sou contra a adoção do parlamentarismo. Seria um grave erro se a Câmara escolhesse pelo parlamentarismo sozinho”



CARLOS MANNATO (SD), deputado federal

“A mudança fortaleceria os partidos e enfraqueceria as pessoas. O Brasil não está preparado para adotar o parlamentarismo”



GIVALDO VIEIRA (PT), deputado federal

“Não formei opinião sobre uma adoção do parlamentarismo. Preciso ler a proposta de Eduardo Cunha”



LELO COIMBRA (PMDB), deputado federal

“Sou simpático a esse modelo e ao voto distrital misto. É um bom debate para o País e com a realização de um plebiscito”



MARCUS VICENTE (PP), deputado federal

“Discussão assim não vai contribuir em nada. Para discutir parlamentarismo é preciso estar em um cenário sem crise política”



EVAIR DE MELO (PV), deputado federal

“Hoje o Parlamento está em uma fase madura para discutir a viabilidade do parlamentarismo. Sou a favor da discussão”

ENTENDA

Força maior para o Legislativo

Como funciona o presidencialismo

- > É O SISTEMA de governo do Brasil, no qual o presidente da República é o chefe de Estado. Cabe a ele escolher quem vai ocupar os ministérios. Os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) são separados.
- > O PRESIDENTE é eleito pelo voto direto e não pode ser retirado do cargo durante o período de mandato — salvo em processo de impeachment.

Como funciona o parlamentarismo

- > SEGUNDO o advogado especialista em Direito Constitucional e professor da FDV Cláudio Colnago, o modelo parlamentarista é aquele em que é realizada a eleição para o Legislativo, a quem vai competir escolher o primeiro-ministro, que representaria o que no Brasil é o presidente.
- > NESTE SISTEMA, o eleitor não vota

diretamente no primeiro ministro. Nele, existe a possibilidade de tanto o chefe do Governo ser retirado do cargo, quando pode haver a dissolução do parlamento.

- > AS AÇÕES do primeiro-ministro precisam ter apoio dos parlamentares.
- > CONTUDO, para o advogado, pelo fato de um plebiscito ter sido realizado em 1993 para decidir o modelo de governo, haveria necessidade de uma nova consulta popular para a alteração. O modelo varia conforme o país.

Plebiscito no Brasil

- > EM 21 de abril de 1993, foi realizado plebiscito no País que demandava escolher monarquia ou república e parlamentarismo ou presidencialismo. Essa consulta consolidou a forma e o sistema de governo atuais.
- > O PRESIDENCIALISMO venceu com 55,58% do voto dos eleitores, contra 24,87% do parlamentarismo.

AGÊNCIA BRASIL — 10/06/2015



PLENÁRIO da Câmara: debate sobre mudança de sistema político pode culminar em plebiscito, como ocorreu em 1993

ANÁLISE

“Mais propaganda barata do que análise séria sobre mudança”

A proposta da implantação do parlamentarismo serve ao propósito de assustar o PSDB e o PT. Devemos lembrar que Aécio Neves e Lula são hoje os principais possíveis candidatos em 2018.

Teoricamente, o partido de Cunha, o PMDB, deve continuar sendo o maior, passando a indicar o primeiro-ministro. Como liderança parti-

dária, o deputado se habilita ao cargo e qualquer um que venha a ser presidente perderia poder.

Para sociedade, o parlamentar acena com a velha desculpa de que, sob o novo regime, o gabinete cairia, resolvendo qualquer crise, como a atual crise política influenciada pela corrupção na Petrobras.

Trata-se mais de propaganda ba-

rata do que de análise séria do funcionamento do parlamentarismo.

Num sistema multipartidário como o nosso, a formação de coalizões de governo estaria aberta ao mesmo tipo de negociação por cargos que existe atualmente, mantendo o poder público refém das mesmas irracionalidades e esquemas de corrupção vigentes.

André Pereira,
professor do
Departamento de
História da Ufes

